

## IDENTIDADE E REGIONALISMO NA OBRA DE EVALDO CABRAL DE MELLO

Manoel Carlos Fonseca de Alencar  
Professor da Universidade Estadual do Ceará  
Aluno da pós-graduação em História da UFMG  
E-mail: [manoelcarlosf@gmail.com](mailto:manoelcarlosf@gmail.com)

### RESUMO

Os termos identidade e regionalismo estão, normalmente, associados ao pernambucano Evaldo Cabral de Mello. Pretendemos, com este trabalho, demonstrar que, em suas obras e entrevistas, ele é na verdade um crítico da identidade e do regionalismo pernambucanos. Nesse sentido, uma articulação entre sua obra e as formulações sobre o conceito de genealogia, de Michel de Foucault, pode nos oferecer mais subsídios para compreender como Cabral, não se posicionado como um regionalista, estuda a formação e cristalização do imaginário nativista pernambucano.

**Palavras-chave:** Historiografia, Genealogia, Identidade, Nação, Região.

### ABSTRACT

The terms identity and regionalism are usually associated with the Pernambucan Evaldo Cabral de Mello. I want in this work demonstrate that in his works and interviews he is in fact a critical of the identity and regionalism of Pernambuco. In this sense, a connection between his work and the formulations of the concept of genealogy, of Michel Foucault, can offer more support to understand how, in fact, Cabral, not posing as a regionalist, studies how it formed and crystallized a Pernambucan nativist imagination.

**Keywords:** Historiography, Genealogy, Identity, Nation and Region.

### 1. INTRODUÇÃO

É comum atribuir aos estudos elaborados fora do Centro Sul a pecha de regionais. Já as produções elaboradas no sul do país são normalmente definidas como nacionais. Tais classificações e hierarquias advêm de um longo processo histórico. A partir do século XIX, o sul do país tornou-se hegemônico e passou a falar de si como se falasse de todo o país.

A noção de região vem acompanhada da noção de identidade. Aqueles que falam a partir do centro, portanto da região Sul, têm suas produções quase transcendentais à ideia de identidade. Escrever sobre São Paulo ou sobre o Rio de Janeiro não significa nomear uma identidade paulista, carioca, ou mesmo sulista. Esses estudos já se pressupõem nacionais. Contrariamente, os estudos elaborados no Nordeste são, em sua maior parte, vistos como estudos identitários.

Evaldo Cabral é pernambucano, de parentesco com renomados intelectuais, entre os quais se destacam o poeta João Cabral de Mello Neto, seu irmão; e Gilberto Freyre, seu primo. Foi diplomata, e representou o Brasil nos Estados Unidos, Espanha, França, Suíça, Portugal e Trinidad e Tobago, onde serviu como embaixador. Em sua temporada na França, frequentou o Seminário de Georges Duby, no Collège de France. Em 1975, lançou o seu primeiro livro *Olinda Restaurada*, na qual estuda a sociedade do açúcar pernambucana, com forte filiação com a história econômico-social francesa, a ponto de alguns afirmarem que estudou com Fernand Braudel: o que foi negado pelo autor.

Desde então, segue-se uma extensa produção, cujo foco foi sempre a elite açucareira pernambucana e suas posições frente à metrópole portuguesa e dentro do panorama político da colônia, posteriormente nação brasileira. Cabral, portanto, passou a maior parte de sua vida fora do país, em seu ofício diplomático, mas teve sua produção historiográfica majoritariamente voltada aos estudos da região Nordeste, mais especificamente à zona açucareira.

Devido ao direcionamento de seus interesses pela história de seu estado, Evaldo Cabral teve que lidar com o estereótipo de regionalista e teve sua produção nomeada como estudos de identidade regional. O estigma de regionalista foi reforçado quando o autor publicou, em 2004, o seu livro *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, em que ele se coloca como um crítico da identidade nacional brasileira, a qual, segundo ele, é, muitas vezes vista, como um destino manifesto.

Uma questão central que permeia toda sua obra é a crítica do nativismo pernambucano. Ele analisou o processo no qual as elites políticas pernambucanas forjaram para si um passado grandioso, colocando-se como nobres, honradas e insubmissas. A construção desse passado fundamentava a identidade pernambucana no século XIX. O autor recorre à história para desmistificar essa auto imagem criada pelas elites e mostrar a identidade como um constructo permeado pelo poder, pelas exclusões e pelos silêncios.

Recusando, portanto, o conceito de identidade, seja nacional ou pernambucana, Evaldo Cabral se detém em esmiuçar como emergem os discursos ou as representações de determinados grupos que constroem para si uma identidade, baseada em uma história e em uma memória. Percebe, portanto, a identidade não como algo natural, mas como uma invenção, que nos seus começos revela, muitas vezes, o pastiche e a baixeza, uma história de violência, mentiras e submissões.

Creio que o conceito de genealogia de Foucault e a visão de Bauman sobre a identidade são mais apropriados para compreender a obra de Evaldo Cabral do que o de identidade, ou mesmo de regionalismo, como lhe é atribuído por alguns críticos. A ideia de região em Pierre Bourdieu também será útil na compreensão do regionalismo como um poder simbólico capaz de definir e delimitar fronteiras práticas e discursivas, criando e cristalizando identidades.

## **2. IDENTIDADE E GENEALOGIA EM EVALDO CABRAL**

Ao ser perguntado se escrever sobre a história de Pernambuco implicaria nomear uma identidade pernambucana, Evaldo Cabral retruca um tanto irritado:

Não, não e não, não há identidade pernambucana nenhuma. Identidade é um conceito que abomino. O que é identidade? É aquilo que permanece igual a si mesmo. É, portanto, o conceito mais anti-histórico que você pode conceber. O que existia era uma série de atitudes, de comportamentos, de mentalidades que desapareceram no tempo. Hoje você já não encontra, hélas, o pernambucano dos meus livros, o de antigamente, que é bem mais interessante que o atual, que está abasileirado. (SCHWARCZ, 2008, p. 160)

Nesse trecho, parece claro que o historiador rejeita a ideia de uma identidade pernambucana. Ele a define aqui como algo fixo, que procura negar o fluxo do tempo, que não admite a mudança como componente essencial da História.

Já em outra entrevista, cedida ao Historiador Tiago C. P. dos Reis Miranda, ao ser perguntado sobre a coerência temática de seus estudos, Evaldo Cabral responde:

Em terceiro lugar, a unidade temática procede de uma espécie de observação que subjaz a tudo que escrevi e que ainda possa vir a escrever - e que consiste no seguinte: como se formou a nossa identidade regional? A partir de que momento e em função de que variáveis, uma sociedade colonial percebe-se como diferente da sociedade metropolitana que a engendrou?

Sob este aspecto, o Nordeste açucareiro desenvolveu, com anterioridade a outras populações regionais do Brasil, uma identidade própria, e neste aspecto não foi pequeno o papel desempenhado pela guerra e pela ocupação holandesas, como eu espero ter demonstrado em Rubro Veio. (MELLO, in MIRANDA, 1990, p. 144)

Aqui, como se vê, existe uma identidade pernambucana. A história de Pernambuco transcorreu de forma diferente de outros estados brasileiros. O que, para o historiador, justifica o sentimento emancipacionista pernambucano ao longo da primeira metade do século XIX.

O tema da identidade regional, como revela os trechos acima, é uma questão pouco resolvida no autor. Luis Felipe de Alencastro, por exemplo, afirma que o uso do termo “nós”, mesmo que inconscientemente, confirma o regionalismo de Evaldo Cabral. Já Lilia Schwarcz corrobora a ideia de que a identidade não é o melhor termo para entender os estudos desenvolvidos pelo autor sobre Pernambuco.

Partindo da pergunta “como se formou a nossa identidade regional?”, feita por Evaldo Cabral, pode-se esclarecer como ele opera o conceito de identidade.

Perguntar como se formou uma identidade pressupõe que ela não é dada, nem natural, ela é histórica. Mas apenas isso não desqualifica as obras do historiador como identitárias. Muitos estudos sobre identidade buscam no passado as justificativas para uma identidade presente. A diferença em suas obras é como ele construiu a gênese da identidade pernambucana, ou melhor, como ele pensou “os começos”.

Apesar de Evaldo Cabral ser pouco afeito às questões teóricas, é possível entrever em seus livros muitas inspirações teóricas não confessadas. No que diz respeito a Foucault, a única referência feita por Cabral está em uma entrevista cedida a José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego. Nela, ele afirma a obra de Paul Veyne, *Como se escreve a história* – publicada junto com o artigo *Foucault revoluciona a história* – como o que melhor se escreveu, no último século, sobre teoria e metodologia de História.

Algumas das formulações de Foucault sobre genealogia e história podem iluminar muitos aspectos das concepções que subjazem à obra de Evaldo Cabral. Segundo Foucault:

Lá onde a alma pretende se unificar, lá onde o Eu inventa para si uma identidade ou uma coerência, o genealogista parte em busca do começo – dos começos inumeráveis que deixam esta suspeita de cor, essa marca quase

apagada que não saberia enganar um olho, por pouco histórico que seja; a análise da proveniência permite dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de sua síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos. (FOUCAULT, 1984, p. 20)

A genealogia, portanto, diferencia-se dos estudos das origens. Ela investiga a proveniência de um sentimento, uma moral, um instinto, lá onde, no momento de sua irrupção, revela a trama escusa do desenrolar dos acontecimentos. Percebe os começos não como um horizonte calmo e tranquilo, mas como a “emergência se produz em um determinado estado das forças.” (Idem, p. 23). Uma história de submissões, em que o irromper de coisas “ditas e queridas” conheceram, nos seus inícios, “invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias”.

Isso que se tem muitas vezes como origem, linhagem de sangue e tradição, a genealogia advoga como a “história de um erro que tem o nome de verdade” (Idem, p. 19). Elas são, de fato, apenas uma “invenção das classes dominantes”. Cabe, portanto, ao genealogista, segundo Foucault:

“... se demorar nas meticulosidades, e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa a sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter o pudor de procurá-las lá onde elas estão, escavando o *basfond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. (Idem p.19)

Outra confluência entre Foucault e Evaldo Cabral pode ser encontrada em seu livro *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969. Na introdução, Foucault empreende um diálogo com a História Nova ressaltando a importância de seus referenciais metodológicos na crítica a uma história tradicional que se balizava pela reconstrução das grandes “continuidades”, das “regularidades constantes”, dos “equilíbrios estáveis e difíceis de serem rompidos” e da ambição de uma história total.

Segundo Foucault, uma das formas mais modelares de uma concepção linear da história é o conceito de tradição. O tema da tradição afirma continuidade, suprime as rupturas e as discontinuidades, dando lugar a um transcorrer tranquilo, a uma fatalidade inexorável. Segundo Foucault:

(...) ela visa dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite pensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interrupção, na atribuição indefinida da origem (...) (FOUCAULT, 2010, p. 23)

Portanto, as noções de identidade e tradição são os alvos centrais da crítica Foucaultiana. Se tomarmos essas visões de Foucault, veremos que, em muitos pontos, ela ajuda a desvendar os posicionamentos e as concepções de Evaldo Cabral sobre identidade nacional e identidade regional, compreendendo-o como um grande crítico da ideia de tradição no pensamento nativista pernambucano.

### 3. A IDENTIDADE NACIONAL

Na ocasião das comemorações dos cem anos da Independência, Evaldo Cabral gerou muita polêmica com o seu livro *A outra Independência*. O historiador colocava-se como um crítico da identidade nacional, apontando o processo autoritário em que um projeto de unificação do Brasil, capitaneado pelos saquaremas, impôs-se ao resto do país. Segundo ele, o Brasil tornou-se uma unidade política e territorial através da repressão das várias tendências independentistas que assolaram o Brasil na primeira metade do XIX.

Pernambuco seria um dos casos de insubmissão ao projeto centralista imperial. Em 1817, 1824, ao longo da década de 1830 e, mais tardiamente, em 1848, eclodiram revoltas em Pernambuco que visavam o autogoverno da província frente ao centralismo do Império. O que impediu essa região de se tornar uma república confederada foi a esmagadora repressão do Império. A identidade nacional foi conquistada, segundo o autor, pela violência. Depois de realizada, ela se impôs como destino traçado, como uma linearidade histórica inexorável.

Bauman, entre outros autores (HOBBSAWN, 1990, 1997; ANDERSON, 2008), ajuda a compreender a formação das nações, sobretudo a partir do século XIX, como um longo processo de supressão das diferenças. Transformar a diversidade linguística, religiosa e de organização social e política em uma unidade foi uma operação que demandou dos arquitetos da nação um esforço hercúleo. Segundo Bauman:

A identidade nacional foi desde o início, e continuou sendo, por muito tempo, uma noção agonística e um grito de guerra. Uma comunidade nacional coesa sobrepondo-se ao agregado de indivíduos do Estado estava destinada a permanecer não só perpetuamente incompleta, mas eternamente precária – um projeto a exigir uma vigilância contínua, um esforço gigantesco e o emprego de uma boa dose de força a fim de assegurar que a exigência fosse ouvida e obedecida. (...) Nenhuma dessas condições seria atendida não fosse pela superposição do território domiciliar com a soberania indivisível do Estado –

que, como sugere Agamben (seguindo, Carl Schmitt), consiste antes de mais nada no poder de exclusão. Sua *raison d'être* era traçar, impor e policiar a fronteira entre “nós” e “eles”. (BAUMAN, 2005, p. 27)

É exatamente esse processo de construção da identidade brasileira ao longo do século XIX o alvo da crítica de Evaldo Cabral. O fato de nos tornarmos uma monarquia constitucional, com soberania sobre um vasto território, não foi, como aponta o autor, uma necessidade histórica, mas “uma série de elementos aleatórios” (SCHWARCZ, 2008, p.168). Em muitos momentos do século XIX o Brasil poderia ter se tornado outra formação política: não uma monarquia, mas uma miríade de repúblicas independentes; não um governo unitário, mas um conjunto de estados confederados.

A vitória de um projeto político centralista, segundo Cabral, teve uma consequência direta na historiografia sobre o período. Pode se dizer que os vencidos foram silenciados. Depois de consumada a Independência, com a imposição de um projeto unitarista emanado da Corte, a historiografia construiu esse episódio como um destino traçado, como se desde o princípio o país estivesse fadado a tornar-se um império centralizado politicamente. O autor afirma:

Uma das consequências do rio-centrismo da historiografia da independência consistiu em limitar o processo emancipacionista ao triênio 1820-1822. Na realidade, 1823 e 1824, marcados pela dissolução da Constituinte e pela Confederação do Equador, foram anos cruciais para a consolidação do Império, na medida em que ambos episódios permitiram ao Rio resolver a questão fundamental da distribuição de poder no novo Estado. Questão que não se reduzia à disputa entre executivo e legislativo, privilegiada pelos historiadores do período, mas dizia respeito sobretudo ao conflito entre o centralismo da Corte e o autogoverno provincial. (MELLO, 2004, p. 18)

A reconstrução do momento histórico em que esse projeto ainda não se apresentava como vencedor e, portanto, quando grassavam nas províncias, sobretudo Pernambuco, várias tendências federalistas, possibilita a percepção do processo histórico, não como continuidade histórica, mas como descontinuidade e ruptura. Ao ser perguntado sobre sua concepção do processo histórico, o autor responde:

O que quis fazer foi recapturar o momento no tempo em que esta situação estava indefinida, em que poderia ocorrer isso ou aquilo, e até pode não ocorrer nada, como vimos por inércia. E essa capacidade de recapturar aquilo que poderia ter sido e que não foi (como no verso de Bandeira) é algo que a historiografia perdeu, ao se tornar estruturalista, ou se socializar (Idem, p.171)

Essa concepção de Evaldo Cabral muito se aproxima das de Foucault ao tratar do que denomina “devir histórico”, e de Paul Veyne ao se referir à trama histórica. A ênfase nas descontinuidades e nas rupturas do processo histórico, marcando as singularidades e desvendando o irromper das identidades no contexto de tensões de forças e poderes, em que os valores dos vencedores se impõem como se fossem naturais e necessários, é o que propõe Foucault com a genealogia.

Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e de que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (FOUCAULT, 1984, p. 21).

Defendemos, portanto, que, ao tratar a questão da identidade nacional, Evaldo Cabral o faz no sentido de criticá-la. Recorre à sua gênese para mostrar que a nação se impôs sobre as regiões através de um processo repressor e autoritário. Não pretendia com isso colocar-se como escritor regionalista e defender uma identidade pernambucana?

#### 4. EVALDO CABRAL: REGIÃO E REGIONALISMO

O fato de Evaldo Cabral escrever tendo como principal foco a história de Pernambuco lhe rendeu o estereótipo de regionalista. Em suas entrevistas, ao invés de usar o termo regionalista, ele se define como um autor regional. Percebo uma diferença entre o que o autor denomina regional e regionalista. Segundo Pierre Bourdieu:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio do fazer ver e do fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por esse meio, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2007, p. 113)

O regionalismo, portanto, tem o poder de tornar “naturais” construções simbólicas historicamente definidas, cristalizando divisões e classificações do mundo

social como se estas já estivessem sempre lá. Isso deriva “de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (Idem, p. 115). Daí porque ao longo da experiência histórica brasileira, a associação da produção intelectual do Nordeste com a ideia de regionalismo e identidade foi praticamente direta. O estigma que recai sobre Evaldo Cabral tem, portanto, seu fundamento nessa “dialética histórica da diferenciação cumulativa”.

Desde a segunda metade do século XIX, o regionalismo foi a marca das denominadas “províncias do norte”. Se antepondo a uma política cultural do império, o regionalismo procurava se diferenciar pelo estilo de narrar o Brasil (VENTURA, 1991). Intentou criar, portanto, uma tradição no pensamento social que procurava se colocar como a forma mais adequada e legítima de definir o caráter brasileiro (RIBEIRO, 2003, 2008). O Norte, depois o Nordeste, seria mais brasileiro do que o Sul e Sudeste, pela ancestralidade de sua ocupação e por se manter distante do cosmopolitismo que conheceu as cidades do século XIX. O regionalismo criou tipos e configurações sociais que advogavam representar a identidade nacional e se colocava como *locus* da tradição.

Ao longo de todo século XX o regionalismo permaneceu como uma forte vertente do pensamento social de alguns estados do Norte e Nordeste. A literatura, o folclore, a pintura, os estudos sociológicos e antropológicos, detinham-se na descrição das paisagens e tipos regionais, reivindicando um maior índice de brasilidade do que outras regiões (ALBUQUERQUE, 2001). O regionalismo, em maior parte, foi anti moderno, conservador e tradicionalista.

Nesse sentido, Evaldo Cabral diferencia-se de certa tradição do pensamento social pernambucano. Ele não pensa, por exemplo, como Gilberto Freyre, que escreveu uma história regional na busca de uma tradição que definisse o caráter social do brasileiro. Não quis, como o idealizador do Movimento Regionalista, imprimir a “nordestinidade” como principal traço cultural do povo brasileiro. Não parece se identificar também com o regionalismo de Ariano Suassuna e do Movimento Armorial, que se propunha ao resgate de uma ancestralidade presente na cultura nordestina, colocando-se como defensor da tradição. (SANTOS, 2009)

Entendemos de outra forma a sua auto definição como um autor regional. Ser um escritor regional não significa, para Evaldo Cabral, a defesa de um regionalismo. Em

sua concepção, regional aproxima-se mais semanticamente da ideia de localidade: o sentimento de pertencimento a um lugar. Ele escreve, não para exaltar a sua terra, mas para se ligar a ela através de uma memória afetiva. Como afirma, escrever sobre Pernambuco é “o antídoto de que inconsciente eu necessitava para fazer face ao fastio da vida diplomática ou consular”. Foi a distância que o aproximou de sua terra, que o fez garimpar arquivos em institutos e bibliotecas internacionais que falassem sobre ela. Suas obras trazem a marca dessa dupla condição: a de um homem que ama o lugar que nasceu, mas que viveu parte significativa de sua vida, em razão de sua carreira diplomática, como “cidadão do mundo”.

Segundo Bauman, as comunidades são de dois tipos: as de vida e destino, cujos membros “vivem juntos numa ligação absoluta”; e as que são “fundidas unicamente por idéias e uma variedade de princípios.” (BAUMAN, 2005, p. 17). Nas primeiras não são necessárias as indagações sobre identidades, pois elas são comuns aos grupos que habitam um lugar há muito tempo. Assim, o sentimento de pertencimento se dá de maneira quase natural, não sendo resultado de escolha, mas uma determinação, uma imposição. Já as segundas partem da idéia de uma escolha consciente, de uma vontade de pertencimento que são “negociáveis e revogáveis”. Podemos afirmar, então, que a identificação com Pernambuco, são as de segundo tipo. Como afirma: “A escolha do tema foi a única *démarche* subjetiva que o historiador pode permitir” (MELLO, in: MORAES e REGO, 2002, p. 153). Já a sua vida diplomática e consular, como deixa entrever em suas entrevistas, assemelha-se mais a forma de identificação do primeiro tipo.

Para Bauman, uma das invenções criadas pelo Estado moderno foi a “natividade de nascimento”. A ideia de que ter nascido em um determinado território, circunscrito por uma nação e regido por um Estado, pressupunha necessariamente uma identidade. Essa foi a forma, segundo o autor, de o Estado buscar “a obediência de seus indivíduos representa-se como a concretização do futuro da nação e a garantia de sua continuidade” (BAUMAN, 2005, p. 27)

Dessa forma, um dos estereótipos que recaem sobre Evaldo Cabral é o de ter nascido em Pernambuco, e por isso ser o representante de uma identidade pernambucana. Na apreciação feita à entrevista cedida a Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, refletindo sobre o regionalismo, o próprio autor escreveu:

Há um verso de Drummond que especialmente me vem ao espírito: “que lembrança darei ao país que me deu/ tudo que lembro e sei, tudo quanto senti? Em algumas ocasiões, pensei em colocá-lo como epígrafe de um livro meu, mas logo desisti ao dar-me conta da insinceridade radical que isso comportaria. Drummond tinha o direito de escrevê-lo, pois nunca saiu do Brasil, exceto para um pulo em Buenos Aires. Mas um indivíduo que passou mais de trinta anos da sua vida adulta no estrangeiro, tem de ser fiel a muitas outras lembranças das que evocam seu estado e sua cidade natal; ou então seria um perfeito idiota. (SCHWARCZ, 2008, p. 191)

Em resumo, atribuir a Evaldo Cabral uma identidade pernambucana, ou um vé-lo como um regionalista devido à sua origem de lugar ou mesmo por sua preferência temática, é um visão que representa “uma concepção saquarema” da História do Brasil, consequência do desdobramento de um longo processo em que se auto definiu e se firmou o regionalismo nordestino.

Essa afirmação se esclarece ao se analisar como o autor opera com as noções de família, tradição, sangue e imaginário no estudo do nativismo pernambucano. Quando ele o faz, não intenta afirmar uma continuidade histórica que justifique uma identidade presente. Mas percebe como, em sua gênese, tais noções se firmaram no meio de uma complexa trama de poderes em que se pode descortinar a fraude, a falsificação e a manipulação do imaginário, que está nas origens da formação das identidades. E é exatamente na desconstrução do nativismo que o conceito de genealogia de Foucault pode oferecer ferramentas importantes para o entendimento da obra de Evaldo Cabral.

## **5. A GENEALOGIA DO PENSAMENTO NATIVISTA PERNAMBUCANO**

Uma das linhas de força da obra de Evaldo Cabral é a posição crítica da formação do pensamento nativista pernambucano. Seu argumento central é que o imaginário presente nesse nativismo se legitima na afirmação de que, em Pernambuco, floresceu e perdurou uma tradição eminentemente autônoma e emancipacionista, com suas origens em uma nobreza da terra, que desde os seus primórdios se diferenciava pela ancestralidade de um sentimento anti-colonialista. Tal ancestralidade se alicerçava no imaginário de uma história marcada pelas batalhas de resistência e autonomia ao colonialismo luso, já presentes nas guerras contra o invasor holandês.

Em *Olinda Restaurada* (1975), seu primeiro livro, ele escreve a história de Pernambuco como um episódio das guerras europeias. Nele, não há descrições da natureza e dos usos e costumes do povo, muito caras ao pensamento regionalista. Pernambuco é apenas um ponto no meio de um complexo jogo de interesses geopolíticos europeus. Mas é partir desse local que o historiador vê o global, sendo o ponto de fuga através do qual Evaldo Cabral desenha o mapa das guerras atlânticas.

Interessa ao diplomata investigar “(...) a afirmação de que Pernambuco fora restaurado graças ao esforço exclusivo de sua gente” (MELLO, 2005, p.11). O imaginário nativista pernambucano se retroalimentou, segundo o autor, com a ideia de que a restauração fora realizada exclusivamente pelos colonos, e que haviam logrado tal feito “à custa de seu sangue, vidas e fazendas”. (Idem, p.12)

Estava aí um dos principais *leitmotiv* do nativismo pernambucano. Abandonados pela metrópole, os colonos haviam empreendido uma guerra de resistência com seus próprios recursos. Isso demonstrava, segundo essa construção imaginária, que o povo pernambucano agia independente da vontade e dos planos de Portugal.

Evaldo Cabral realiza uma vultosa pesquisa em arquivos internacionais, com o fito de compreender se os colonos haviam realmente resistido às forças batavas sem o auxílio logístico dos portugueses. A sua conclusão é a de que os colonos só ganharam a guerra devido à articulação das forças metropolitanas, o que impossibilitou aos holandeses o comércio e o trânsito pelo Atlântico.

Ilustrativo, nesse sentido, é seu capítulo que analisa a “guerra lenta”, que vigorou durante o período de resistência. A estratégia luso-espanhola visava dividir o ônus da guerra de resistência com as suas colônias de ultramar. Isso se daria através do isolamento dos batavos na costa, impossibilitando-os de dispor dos recursos provenientes da colônia. A guerra seria vencida lentamente pelos luso-brasileiros através do escasseamento dos recursos disponíveis aos holandeses para a continuidade de sua empreitada.

O fracasso dessa estratégia é um dos argumentos de Evaldo Cabral para desmistificar o imaginário nativista. Deixados à sua própria sorte, os colonos foram incapazes de fazer frente aos holandeses. O passado construído pelas elites federalistas

– esse passado glorioso e heroico que alimenta o nativismo pernambucano, que é o de que a guerra foi vencida exclusivamente à custa de seu “sangue, vidas e fazendas” – não corresponde à realidade. A proveniência da identidade pernambucana é uma farsa.

Já em *O nome e o sangue: a história de uma farsa genealógica*, Evaldo Cabral investiga, segundo Stuart Schwartz, as origens da “nobreza da terra”. Outro tema caro ao nativismo pernambucano, que apresentava, como um dos motivos para a permanência e resistência de algumas famílias nos primórdios da guerra de resistência, o fato de pertencerem a uma nobreza da terra, com suas origens nos primeiros colonizadores duartinos. O historiador vai mostrar, então, que muitas famílias que alegavam nobreza de sangue, não a tinham. A genealogia familiar foi o principal recurso das elites coloniais para fraudar e escamotear sua origem bem pouco nobre. Como afirma Schwartz:

A aristocracia colonial, insegura e defensiva a respeito de suas origens, impedida pela coroa de ter acesso aos privilégios concedidos à fidalguia, tais como os morgados ou o pertencimento (geralmente porque sua isenção significava uma perda de receita para a Coroa), necessitava de uma patente de nobreza. Os genealogistas coloniais dedicaram-se a criá-la. Eles atribuíam nobreza a qualidades como “antiguidade”, e longevidade, e “perdoavam” as diversas “alianças da terra” e as misturas raciais que estas implicavam (...) (SCHWARCZ, 2008, p. 27)

Dessa forma, vemos mais uma tradição desmistificada por Evaldo Cabral. Os qualificativos de longevidade, ancestralidade, nobreza e heroísmo que normalmente alimentam o imaginário das identidades são investigados em seus “começos” pelo autor e são submetidos ao escrutínio de um olhar que capta, em sua proveniência, “os efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas” (FOUCAULT, 1984, p. 26).

Mas é em *Rubro Veio* que o autor desconstrói de forma mais sistemática o imaginário nativista. No prefácio, Evaldo procura negar sua vinculação com uma “literatura sociológica que se afana em perseguir e descrever identidades regionais e locais”. Afirma que, ao invés disso, intentou com o livro a “reconstrução do imaginário da restauração pernambucana, através de suas representações, “sejam verdadeiras ou falsas.” (MELLO, 2008)

Esse pode ser considerado praticamente um livro síntese da obra de Evaldo Cabral, no qual os argumentos de outros livros são revistos de forma sintética. Ao longo

da obra ele analisa os vários meios pelos quais se forjou a invenção do imaginário nativista pernambucano.

Evaldo Cabral investiga a apropriação da historiografia sobre a guerra holandesa pelo imaginário da aristocracia colonial. Ele divide essa apropriação em três períodos. O primeiro estende-se da capitulação holandesa até a Guerra dos Mascates (1654-1715). O segundo envolve todo o período de 1715 até os fins do século XVIII, com os sintomas da decadência do sistema colonial. Já o terceiro, prolonga-se até derrota da rebelião praieira, a partir da qual o nativismo é integrado ao nacionalismo imperial.

A questão chave colocada pelo escritor é a de que o sentimento nativista oscilou segundo as circunstâncias e contextos históricos, sendo determinado pela relação de poder entre a aristocracia colonial e o império português. Nesse ponto, ainda nos faz lembrar Foucault, o qual afirma que na análise de determinados sentimentos e valores a genealogia

deve mostrar seu jogo, a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou o seu combate frente a circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que elas fazem – se dividindo – para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir do seu próprio enfraquecimento. (FOUCAULT, 1984, p. 23)

No primeiro período, animada pelo seu papel na reconquista, a aristocracia tratou de inventar um discurso que a colocava como legítima proprietária das terras reconquistadas dos holandeses e reclamava seu direito aos cargos, honrarias e patentes que eram regidos pelo Conselho Ultramarino. Fortalecida com o comércio do açúcar, a classe senhorial tinha maior poder de barganha junto ao poder metropolitano. É nesse período que as fontes analisadas pelo autor revelam a construção de um imaginário nativista inconformista e hostil à interferência da metrópole nos assuntos da colônia. Esse nativismo perdurou até a Guerra dos Mascates (1711-1712).

No segundo período o nativismo sofre uma *démarche*. Evaldo Cabral denomina esse nativismo como de conciliação. Derrotada na guerra, restou à “nobreza da terra” compactuar com a metrópole, regateando e negociando espaço junto ao poder metropolitano. O tom desse nativismo é mais ameno, menos radical e afirmativo.

O sentimento nativista ressurgiu fortificado no contexto da decadência do sistema colonial, fundamentando, ao longo da primeira metade do século XIX, o imaginário separatista das elites pernambucanas. Com a vinda da família real para o

Brasil (1808), recusou-se a se submeter ao poder imperial. E, pelo menos até sua derrota na Rebelião Praieira (1848), tomou as vestes do liberalismo político e do federalismo republicano.

Em cada um desses contextos, a história é contada e recontada. Determinados fatos tomam ênfase em detrimento de outros, alguns personagens transitam entre a figura do herói e do vilão, e o mito é inventado e reinventado. É por isso, uma história marcada por irrupções, descontinuidades, rupturas e cortes, bem diferente do processo linear e cumulativo do imaginário nativista pernambucano.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A identidade nacional foi sem sombra de dúvida uma questão agonística que se colocou a várias gerações de intelectuais brasileiros e estrangeiros. Desde a vinda da família real para o Brasil que a definição de uma identidade para nação é colocada e recolocada, sendo o foco principal das indagações levantadas pelo nosso pensamento social. Desde sua gênese, envolveu categorias como as de raça, natureza, cultura, sistemas políticos e econômicos, para a definição de uma história e de uma memória.

A luta de representações para definir o caráter nacional tomou matizes muitas vezes regionais, que oscilaram com os contextos sociais e o lugar social dos emissores dos discursos identitários. Em síntese, esses discursos se colocavam ou como mais legítimos de representar a nação, ou professavam uma distinção e uma singularidade em relação a ela. Portanto, os estudos da identidade ou pressupunham que ela realmente existia ou que era necessário forjá-la.

A obra de Evaldo Cabral não se enquadra nos estudos de identidade nacional ou regional. Afirmar que seus estudos são regionalistas, no nosso entender, é resultante dos processos históricos que delimitaram e cristalizaram as fronteiras nacionais e regionais, tanto do ponto de vista material quanto simbólico. Mais proveitoso é perceber como ele estudou a proveniência dos discursos de identidade nacional e regional, pois aí está a mola mestra de seu pensamento. Nesse sentido, as confluências com o conceito de genealogia de Michel Foucault são patentes, apesar de Evaldo Cabral não se colocar como um foucaultiano.

José de Alencar foi quem durante o Segundo Império melhor representou uma visão saquarema da história do Brasil. Tinha o Brasil como uma heterogeneidade que compunha uma homogeneidade. Sua literatura intentou palmilhar o Brasil, descrevendo cada uma das regiões em suas singularidades, um mosaico, cujas partes unidas formariam a figura da nação brasileira.

Foi contra essa concepção de nação que se colocou Evaldo Cabral. Não escreveu a história de Pernambuco como a parte de um todo, nem queria que a parte representasse o todo. Quis, destarte, mostrar que tanto a identidade nacional como a regional são frutos da invenção é do imaginário. Cabe ao historiador descortinar a trama que está presente em sua gênese, percurso e morte.

**Recebido em: 30/05/2012**

**Aceito em: 30/06/2012**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginárias: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vicchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOURDIER, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo de Pernambuco de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alemeda, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2010.
- HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo de 1780: programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. e RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Conversas do Recife, em Lisboa: (encontro com Evaldo Cabral de Melo). *Rev. hist.* [online]. 1990, n.122, pp. 135-146.
- MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: editora 34, 2002.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- RIBEIRO, Cristina Betioli. *O Norte: um lugar para a nacionalidade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNICAMP, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Um Norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas*. Tese de Doutorado. Campinas (SP): IEL/UNICAMP, 2008

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *Em demanda da poética popular: Arano Suassuna e o Movimento Armorial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.